

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELISANGELA APARECIDA TOMBA

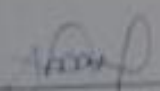
**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E O
PROLONGAMENTO DA EXISTÊNCIA HUMANA.**

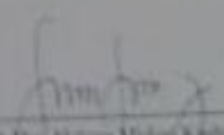
MATINHOS
2015


PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

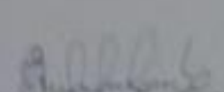
Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Doutora **LENIR MARISTELA SILVA**, realizaram em 09/05/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **ELISANGELA APARECIDA TOMBA**, sob o título "A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E O PROLONGAMENTO DA EXISTÊNCIA HUMANA", sendo quesito parcial para obtenção do Título de Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, tendo recebido conceito " APL ".

Matrizes, 09 de maio de 2015.


Prof. Dra. Lenir Maristela Silva


Prof. Dra. Helene Midori Kashiwagi


Prof. MSc. Marcos de Vasconcelos Garret


ELISANGELA APARECIDA TOMBA
Estudante

ELISANGELA APARECIDA TOMBA

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E O
PROLONGAMENTO DA EXISTÊNCIA HUMANA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Questão Social pela
Perspectiva Interdisciplinar, Universidade Federal do
Paraná, Setor Litoral.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Lenir Maristela Silva

MATINHOS
2015

RESUMO

Este estudo trata do processo de envelhecimento onde a pesquisa bibliográfica busca entender seus aspectos sociais, psicológicos, biológicos, físico e cronológico. Através de uma pesquisa da contextualização histórica do movimento dos aposentados e pensionistas (MAP), em que a população idosa sofreu os reveses de décadas de descaso, onde se organizaram e alcançaram diversas conquistas na seguridade social, destacamos a primeira conquista internacional relacionada aos direitos da pessoa idosa, como também a primeira conferência internacional sobre o envelhecimento. Já no território brasileiro ressaltamos a Constituição Federal de 1988, bem como a regulamentação dessa lei surgindo a lei orgânica de Assistência Social – LOAS e ainda a Política Nacional do Idoso e a celebridade máxima na legislação de proteção a pessoa idosa (carta de direitos). A longevidade da população feminina é maior devido ao fato de elas estarem mais atentas a saúde e não trabalharem em serviços pesados, contudo, ressaltamos que mulheres em idade avançada estão mais expostas à pobreza.

Palavras-chave: intergeracional, idoso, envelhecimento, velhice.

ABSTRACT

This study deals with the aging process where the literature seeks to understand their social, psychological, biological, physical and chronological. And through a search of the historical context of the movement of retirees and pensioners (MAP) in the elderly population suffered the setbacks of neglect of decades which organized and reached several achievements in social security. Featuring the first international achievement related to the rights of the elderly, as well as the first international conference on aging. Already in Brazil highlight the Federal Constitution of 1988 and the regulations of this law coming the organic law of Social Assistance - LOAS and also the National Policy for the Elderly and the maximum celebrity in elder protective legislation (bill of rights). The longevity of the female population is higher due to the fact that they are more aware of health and do not work in heavy-duty, however, emphasize that older women are more exposed to poverty.

Keywords: intergenerational, elderly, aging, old age

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT	4
1 INTRODUÇÃO	6
1.1 OBJETIVO GERAL.....	8
1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	8
1.3 METODOLOGIA.....	9
2 ENVELHECIMENTO: O ENTARDECER DA EXISTÊNCIA HUMANA.....	10
3 ENVELHECIMENTO MUNDIAL	18
3.1 ENVELHECIMENTO BRASILEIRO.....	19
3.2 A FEMINIZAÇÃO DO ENVELHECIMENTO	21
4 POLÍTICA PÚBLICA PARA O PÚBLICO ACIMA DOS 65 ANOS.....	23
4.1 AS CONQUISTAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS.....	25
4.2 TRABALHO COM IDOSOS EM GRUPO INTERGERACIONAL	29
4.3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO GRUPO INTERGERACIONAL REPRESENTAÇÃO SOCIAL	32
4.4 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO	34
4.5 ENVELHECIMENTO E FAMÍLIA.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de Curso tem como objeto de pesquisa, as representações sociais que os Grupos Intergeracionais têm sobre o processo de envelhecimento. Desse modo entendemos que as diversas faixas etárias podem revisar suas representações sociais em relação a possíveis distorções e compreensões equivocadas dos diferentes ciclos de vida, associando aos momentos históricos em que vivem e deste nada pode construir noções de solidariedade, respeito, cooperatividade entre outros.

Analisando o ser humano no seu processo de envelhecimento e considerando os aspectos cronológicos, biológicos, físicos, psicológicos e sociais relacionados a este fenômeno, este trabalho se propõe a identificar qual a representação que grupos intergeracional têm sobre as alterações decorrentes do seu processo de envelhecimento.

Para responder tais questões um estudo de pesquisa bibliográfica será realizado.

Por grupo intergeracional compreende-se, o encontro de pessoas de faixas etárias diferentes.

Como fundamentações de análise de dados, foi investigada considerações teóricas diferentes à gerontologia, bem como, definições e terminologias do envelhecimento, para que possamos construir uma reflexão inserido nesse processo.

A discussão sobre o processo de envelhecimento é de fundamental importância, se considerar que a sociedade não está preparada para lidar com as pessoas que se encontram acima dos 60 anos, uma vez que a Política Nacional da Pessoa Idosa (lei 8.842/1994) reconhece e divulga que a velhice se inicia a partir dessa idade.

O Brasil considerado até a final do século XX um país jovem, vem gradativamente assimilando o crescimento significativo da população idosa e para tanto adaptações arquitetônicas econômicas, sociais, culturais, entre outras precisam ser também operadas na realidade.

A realidade social para idosos particularmente no Brasil é absolutamente adversa, vista que ao envelhecer os idosos são submetidos a processos de exclusão

de todas as naturezas e quando a situação financeira do idoso é precária essa situação se agrava ainda mais. Em relação a esse aspecto destacamos a seguinte citação “com relação as pessoas idosas, essa sociedade não é apenas culpada, mais criminosa. Abrigada por trás dos mitos de expansão e da abundância trata os velhos como parias” (BEAUVOIR,1990.p.8).

Devemos levar em conta as questões econômicas decorrentes do envelhecimento progressivo de uma população como vem ocorrendo ao longo do século XX no Brasil e no restante do mundo.

Necessário se faz destacar que existem diferentes práticas e representações sobre a velhice, nas mais diversas culturas como a posição social que os idosos ocupam nas comunidades e nas famílias e o tratamento que lhes deve ser dispensado pelos mais jovens para se entender o lugar que os idosos ocupam em nossa sociedade, é preciso compreender a forma como a sociedade organiza a estrutura, as funções e os papeis de cada grupo etário específico.

De acordo com Beauvoir (1970),“a cultura de cada sociedade bem como seus valores e crenças passam por transformações no decorrer da história, o que faz com que haja mudança na representação social sobre o processo de envelhecimento”.

Entre as áreas de conhecimento que procuram realizar pesquisas sobre o envelhecimento encontra-se a geriatria. Trata-se de um ramo da medicina que estuda, previne e trata das doenças e da incapacidade provenientes de diferentes disciplinas , em torno de seu objetivo de estudo.

Frente à realidade vivenciada no Brasil de aumento da população idosa e a contribuição científica nas diversas áreas do conhecimento, tornou-se um desafio construir reflexões e saberes acerca da temática em questão. Em como contribuir com um estudo sobre as representações sociais sobre o processo de envelhecimento.

De acordo com Neri (1993) nos países em desenvolvimento, são consideradas velhas as pessoas com idade a partir de 60 anos, e nos países desenvolvidos esta faixa etária se inicia aos 65 anos “contudo nos países desenvolvidos o envelhecimento ocorreu associado às melhorias nas condições gerais de vida”, e nos países em desenvolvimento esse processo acontece de forma acelerada, sem tempo para uma reorganização social e da área de saúde adequada para atender às novas demandas emergentes.

Considerando as pesquisas estatísticas da ONU informando que nos países desenvolvidos onde vivem 12% da população mundial, 28% das pessoas estão com mais de 75 anos de idade, e nos países em desenvolvimento o crescimento da população com idade superior a 60 anos aumentou a partir da metade do século XX, a importância da pesquisa será superior.

Beauvoir (1970)

afirma que ao longo do século XX, quando escreve das consequências resultantes do envelhecimento, está reconhecendo que a questão é complexa e exige estudos científicos aprofundados, tendo em vista a dimensão existencial da pessoa idosa com o mundo e com sua própria história.

Pois ao estudar o processo de envelhecimento, concordamos com a autora que este é um assunto de extrema complexidade e exige um estudo profundo sobre a temática, devido ao fato que as mudanças ocorrem nas particularidades de cada indivíduo, lembramos que devemos estar preparados, pois o envelhecimento permite enganá-lo, mas jamais negá-lo.

1.1 OBJETIVO GERAL

Realizar uma revisão bibliográfica sobre a questão do processo de envelhecimento, tendo como foco diversos aspectos, dentre eles; cronológico, biológico, físico, psicológico social e também apresentar um breve estudo sobre; o envelhecimento mundial; envelhecimento populacional brasileiro e a feminização do envelhecimento.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir teórica e conceitualmente sobre políticas públicas e em seguida efetuar um resgate histórico sobre o movimento dos aposentados e pensionistas.

- Apresentar os desafios do fenômeno do envelhecimento;
- Apontar que o processo de envelhecimento depende das condições de vida em que se encontra submetido;
- Refletir quanto à representação social que grupos intergeracional, possuem da velhice e do envelhecimento;
- Identificar mudanças físicas e biológicas decorrentes do processo de envelhecimento;
- Identificar como as mulheres vivem as mudanças sociais decorrentes da velhice;
- Perceber a contribuição da vivência intergeracional na representação social de crianças.

1.4 METODOLOGIA

Realizar-se-á uma revisão bibliográfica sobre a questão do processo de envelhecimento, tendo como foco diversos aspectos, dentre eles; cronológico, biológico, físico, psicológico social e também apresentaremos um breve estudo sobre; o envelhecimento mundial; envelhecimento populacional brasileiro e a feminização do envelhecimento.

Realizou-se uma reflexão teórica conceitual sobre políticas públicas e em seguida efetuando um resgate histórico sobre o movimento dos aposentados e pensionistas. Neste sentido, abordamos as conquistas internacionais e nacionais, proclamando a Declaração Universal dos Direitos Humanos; em seguida as Conferências internacionais que resultaram nos planos internacionais de Madrid e Viena, trazendo ao idoso o reconhecimento de cidadão de direito. Também estudamos a Constituição Federal reconhecida como a Carta Magna e o Estatuto do Idoso, considerado uma carta de direitos.

2 ENVELHECIMENTO: O ENTARDECER DA EXISTÊNCIA HUMANA

Em nossa sociedade tornou-se perceptível a proporção de pessoas idosas que estão a nossa volta. Dados demográficos indicam o aumento constante em relação à população idosa. Isso se dá em decorrência do desenvolvimento de medicamentos cada vez mais complexo com eficiência no prolongamento da existência humana, proporcionando a grande parte dos seres humanos alcançarem a longevidade.

Entretanto, muitas dessas pessoas encontram-se excluídas das condições de acesso que possibilitam melhorias em suas condições de existência, não sabendo sequer se tem o direito de acessá-los e exigi-los, sendo que um grande número de idosos não conseguem acessar nem às condições de vida que atendam às suas necessidades básicas. E mesmo com tantos avanços em diversas dimensões da existência humana na terra, os idosos são ainda visto como seres incapazes em função dessa representação encontram ainda mais dificuldade de se reconhecer como protagonistas do processo e reivindicar seus direitos.

Seguindo esta linha de raciocínio, torna-se necessário analisar e buscar o real significado do termo velhice e procurar compreender o lugar que este ocupa nesta sociedade. Acreditamos que o processo de envelhecimento, seja um fator muito importante para ser alvo de estudos e assim os idosos serem promovidos e reconhecidos como detentores de direitos.

No momento em que as pessoas chegam a terceira idade, normalmente são chamadas de “velhas”, este termo imediatamente é associado a algo descartável. Esse entendimento “coisificado” é resultado do modo de produção capitalista que ao imprimir a lógica do consumo, valoriza apenas o que é novo, belo e moderno, rechaça tudo que é usado, velho e ultrapassado.

Sendo assim, com a expansão da produção capitalista o valor da existência humana concentra-se no consumo. Tendencialmente ocorre uma desvalorização do homem, que é para o capital um item do processo de produção. Neste sentido, os idosos encontram-se excluídos da sociedade capitalista, por sua capacidade de produzir reduzida, ou seja, o sujeito passa a se adaptar a um novo contexto, onde quem consome e adquire mais, se torna melhor adaptado ao meio em que vive.

Pode-se perceber que o processo de envelhecimento se difere de uma cultura para outra, pois em algumas culturas como a oriental o idoso é valorizado e apreciado pelo seu conhecimento, já na ocidental a linguagem do idoso não tem o mesmo valor por já estar com idade avançada, sendo considerado sujeito que não produz.

Na cultura oriental, o homem quanto mais idade tiver, mais respeitado se torna, devido sua experiência ele é visto como o detentor da memória cultural e da sabedoria, pois com o passar dos anos ele possui a história viva em sua lembrança e repassa para os filhos e netos. Todos os sujeitos da residência lhe devem obediência, por ser o homem mais velho e a mulher sendo sua subordinada, com o avanço da idade possui maior autoridade sobre os jovens masculinos.

Já na cultura ocidental de um modo geral o desejo do idoso não é acatado, seu pedido não tem o mesmo valor de alguns anos atrás e seu relato perde a importância, por estar sob o processo de envelhecimento, condição que o torna inativo do ponto de vista produtivo.

Segundo Oliveira (1999, p.24)

O enigma da velhice ainda se constitui como um mistério da vida que ultrapassa a razão humana. Rastrea-se uma preocupação sobre o tema ao longo dos séculos, o qual tem recebido inúmeras respostas variando entre a mera especulação e a objetividade da ciência.

De acordo com a autora, o assunto a respeito do ciclo de vida ainda é um mistério, vai além da aparência humana para a compreensão de tal transformação. Com o acelerado crescimento da população idosa, muitos especialistas estão buscando respostas para esta transição que acontece com o passar do tempo.

Em relação ao aspecto cronológico observamos que a idade do sujeito está intimamente vinculada ao seu processo de envelhecimento, pois na medida em que o tempo vai passando, mudanças vão surgindo como o declínio, que se dá através do desgaste de sua trajetória.

Vamos nos ater mais a reflexões de Oliveira (1999) “Terceira Idade – Dos Sonhos Possíveis” a qual pretendemos fazer uma reescrita a partir da nossa vivência e compreensão, a partir de outros autores também.

Baseado nas leituras da obra compreendeu que o processo de envelhecimento cronológico se apresenta como o primeiro aspecto a ser analisado

por estudiosos, pois ele está vinculado a idade, o tempo de sua existência, através do mesmo, percebe-se mudanças que ocorrem ao longo desse percurso e, que não podem ser mudado. Isso pode ser constatado a partir da leitura do livro Desposado em sua página (27), em que a autora trabalha a ideia de que entre o tempo e o processo de envelhecimento a um percurso bem pequeno, pois ambos estão ligados.

As diversas fases da vida, como a infância à velhice, são situações novas para cada sujeito que a vivência, pois com o passar do tempo, cada época surge como novidade e define comportamentos que acreditem ser certos seguir, procurando a adaptação.

O envelhecimento é uma transformação que está enraizada a cada sujeito e não há meios de negá-lo, pois de uma forma ou de outra ele acaba manifestando-se, tornando visível para todos que estão a sua volta.

Segundo Oliveira (1999, p. 28-29),

O aspecto cronológico é um dos limites mais fortes e precisos para se delimitar o início da terceira idade, mas deve-se ter bem claro que é também socialmente construído, posto que a velhice é o processo de envelhecimento assumem especificidades, papéis e significados distintos conforme a sociedade e a época em que são enfocados.

Nesse sentido, esse aspecto é reconhecido primeiramente como o princípio do envelhecimento, notamos que para cada período e cultura, são construídos valores que cada sujeito traz consigo, sua representação social, pois os idosos vão obter essa análise de acordo com a forma de como viveram e ministraram sua vida.

Em relação ao reconhecimento da afinidade de alguns idosos com os demais, seja a imagem de cada um em face de transformação ocorrida em sua vida, pois um dos fatores que causem opiniões diferentes se dá através da situação socioeconômica.

Este é um ponto que devemos ressaltar, pois a situação socioeconômica está vinculada com todo o conjunto da relação de vida do sujeito, pois se percebe que idosos com uma condição de vida mais elevada têm acesso a vários lazeres, cultura, principalmente a inclusão tecnológica. Muitos idosos estão atualizando e inserindo-se neste campo tão amplo, já outros com um poder aquisitivo menor, não têm tantas oportunidades de lazer, assim como o acesso a equipamentos de informática (computadores) que nem todos podem ter acesso, devido ao nível

econômico e as condições não raro encontramos em nosso cotidiano idosos trabalhando para complementar o orçamento familiar, em função do baixo valor da aposentadoria ou mesmo da sua ausência.

Segundo Simões apud Oliveira (1999, p.33), nos mostra como a organização mundial da Saúde define as fases do processo de envelhecimento:

- meia idade: 45 a 59 anos.
- idosos: 60 a 64 anos.
- Ancião: 75 a 90 anos
- Velhice: extrema: 90 anos para frente.

O início da terceira idade é definido em pesquisas e documentos, mas muitos sujeitos não se sentem como estando nesse estágio, alguns estão cheios de vontade de prosseguir, já outros que nem chegaram a esse grau encontram-se desanimados, não possuindo tanta expectativa de vida como os idosos.

Ao nos referir ao aspecto biológico, podemos perceber que este é um processo que se desenvolve aos poucos nos sujeitos, conforme cada etapa de sua vida, sendo da infância a velhice.

No entanto, quando o sujeito apresenta-se com certa mudança em seu corpo, comprometendo sua beleza física, grande parte das pessoas, tanto homens como mulheres imediatamente recorrem a recursos rápidos, como cosméticos e tratamento estético, para sempre estar com a aparência jovem, buscando o resgate da juventude, considerando as condições econômicas será mais ou menos acentuada a preocupação com a juventude.

Se fizermos uma reflexão, a respeito do corpo da mulher como era antigamente, ele era forte, robusto, com fartura de carne, pois eram vistas como boas reprodutoras. Porém, hoje essa concepção é totalmente o oposto, quanto mais magra e em forma física melhor. Percebemos como os valores e culturas mudam com o passar dos tempos.

De acordo com Salgado (1982, p. 30)

A decadência física inerente ao organismo na época da velhice resulta, em boa parte, não dos anos acumulados de vida de cada indivíduo e, sim, de considerações inadequadas a que foi submetido o organismo em etapas anteriores da própria vida e de espécie.

Sendo assim, observamos a importância de cuidar da saúde na idade adulta, mantendo uma alimentação saudável. Todos esses cuidados devem ser feitos para podermos ter menos problemas de saúde ao chegar a terceira idade, mas temos que começar o quanto antes a praticar esses hábitos para sermos beneficiados futuramente, mas isso também depende de um maior investimento público na construção de condições que possibilite a efetivação de hábitos mais saudáveis.

O envelhecimento é uma fase da vida que chega para todos os sujeitos, é um processo inexorável não podemos fugir dele, mas tentamos enganá-lo com cirurgias plásticas e outros (quando as condições econômicas permitem), importante destacar que esse processo, não se dá na mesma velocidade para todos, dentro ao envelhecimento dos órgãos desiguais, para diferentes sujeitos.

Conforme (Bouveair, 1994, p. 30),

ao lado da geriatria, desenvolveu-se recentemente uma ciência que chamamos hoje em dia de gerontologia ela não estuda a patologia da velhice mas o próprio processo de envelhecimento.

A gerontologia é mais um campo do conhecimento voltado para o idoso, pois pode ser estudada por sujeitos que se interessem pelo processo de envelhecimento compreendendo mais a fundo esta transformação, resultando no auxílio mais satisfatório, aonde possa alcançar o bem estar.

Em relação ao aspecto físico alguns sujeitos se encontram na terceira idade com o corpo mais cansado com mais marcas de expressão devido ao tempo, não mais com aquele ritmo de antes, mas se veem com uma grande bagagem de experiência apuradas pois todos esses anos vividos.

Ao analisarmos esse aspecto, notamos que com ele surge a senescência e a senilidade. De acordo com Salgado(1982 p. 30),

A senescência, por ser etapa posterior ou mais acentuada do envelhecimento, caracteriza-se por mudanças incapacitantes e comprometedoras, capazes de afetar decisivamente a estabilidade e a própria vida. Segundo Pikunas, (apud Oliveira, 1999, p.50), A senilidade constitui o declínio físico associado a desorganização mental, caracterizando-se por perda do funcionamento físico e cognitivo, alterações motoras, irritabilidade e perda de memória.

E essas são duas formas diferentes da questão do envelhecimento aparecer, se expressam pela forma de comprometer o bem estar do sujeito, ocasionando-lhe mudanças drásticas em seu físico e psíquico.

Com o decorrer do tempo, vão surgindo alterações na aparência, como a pele ressecada, de cabelos brancos, a coluna vai envergando-se para frente, ocasionada a diminuição da altura do sujeito, as atividades já são mais lentas, exigindo tranquilidade nas mesmas, sem pressa.

A audição e a visão também sofrem alterações, devido aos anos anteriores que cada sujeito passou na fase adulta, que ocasionou problemas na velhice, como infecções, dentre outros. Muitas pessoas idosas passam a se adaptar com o uso de aparelhos para surdez e óculos, portanto, passa-se a ser um complemento em seu cotidiano.

Conforme, Bouveair (1994 p. 34),

A aparência do indivíduo se transforma e permite que se possa atribuir-lhe uma idade, sem muita margem de erro. Os cabelos embranquecem e se tornam rarefeitos; não se sabe por quê: o mecanismo da despigmentação do bulbo capilar permanece desconhecido; os pelos embranquecem também, enquanto em certos lugares – no queixo das mulheres velhas por exemplo, começam a proliferar.

De acordo com a autora, pode-se perceber que há uma grande mutação em relação ao corpo humano, pois com o avanço da idade, chegando ao envelhecimento são perceptíveis essas mudanças, como o cabelo que já perdem alguns de seus fios e volume, tornando-os mais ralos e a aparência que começa a tomar uma nova forma.

Com todas essas modificações, uma doença, que é típica do envelhecimento é a depressão, que pode afetar na forma social como física. Na forma social pode aparecer por perda de um ente querido pela saída dos filhos de sua residência, pela aposentadoria, por não estar tão ocupado com a família e o idoso acaba sentindo-se rejeitado.

Com a forma física, pode-se referir a perda visual, causado pela catarata ou diabetes, fazendo com que o idoso se torne inseguro e impedindo-lhe de ter uma vida normal.

Já o Alzheimer, é uma doença que oscila muito de sujeito para sujeito, normalmente esta doença gera a perda da memória e o sujeito passa a ter

comportamentos diferentes de sua rotina. Seu diagnóstico é apresentado após algum tempo que se está com a mesma. Em relação ao aspecto psicológico o que caracteriza a velhice.

De acordo com Ávila, apud Oliveira (1999, p.89),

é a perda dos ideais da juventude, é a desintonização com a mentalidade do seu tempo, é o desinteresse pelo cotidiano nacional e internacional, é o humor irritadiço, é a desconfiança no futuro, o desamor ao trabalho.”

De acordo com esta citação, concordamos plenamente com os autores, que o idoso só se torna velho, quando deixa de sonhar, de ter interesse por coisas novas que está na atualidade. Quando se chega à terceira idade o idoso deve sempre buscar atualização em sua realidade, evitando que fique parado no tempo, pois sua vivência com as demais atitudes que vai determinar como será seu processo de envelhecimento. Pensamos que o envelhecimento, deve ser visto pelo idoso com uma visão de amplitude, muito importante ter metas, pois isso lhe dará animo e uma nova perspectiva de vida. E a cada amanhecer, ele ao se levanta ter em mente que precisa ser a busca do seu ideal, para torná-lo realidade, por isso a importância do idoso ter sonhos para concretizar e isso lhe trará impulso para recomeçar novamente.

O idoso deve ser estimulado ao aprendizado, pois ele tendo boa saúde, basta existir o desejo para o estudo. A apreensão do conteúdo ocorre independentemente da idade, alterando somente a velocidade de sua absorção. Portanto, cada pessoa tem seu tempo para aprender, diante disso devemos respeitar o tempo de cada um.

A autoestima do idoso tende a elevar-se em atividades que o desafie a aprender. Cada passo novo, cada desafio que é enfrentado, o idoso ultrapassa uma nova fase, conquistando uma maior segurança, pois a realidade passa a ser conhecida e as representações sociais construídas sobre aquele momento. Ao perceber que o envelhecimento é uma nova etapa, mas que vai depender dele e das condições de vida a que se encontra submetido, para vivenciar esse processo de maneira mais ou menos dolorido para todos os envolvidos, mas principalmente para o próprio idoso.

No campo social, o envelhecimento para as mais diversas culturas e sociedades, são alvos de análises e indagações a respeito desse processo. Pois como citado anteriormente, os idosos em algumas sociedades são respeitados e são os mestres, já em outras são menos considerados.

Segundo Salgado (1982, p. 46),

Com o passar do tempo, com a evolução das sociedades e, sobre tudo, com a cultura tecnológica bem mais próximas dos jovens, o envelhecer passou a ser considerado apenas por seus aspectos de decadência; com isso, a posição social dos indivíduos idosos resultou absolutamente secundária.

Nessas sociedades, os idosos começaram a ser excluídos, não tendo o mesmo vigor sabedoria que obtinham antes. Com os avanços, houve a compreensão de que os idosos não iriam acompanhar as mudanças com o mesmo ritmo da juventude devido às peculiaridades e singularidades específicas de sua condição de envelhecimento.

Outro fator importante e que merece um enfoque especial é a família, diante disso o idoso sempre foi provedor, o responsável pela casa, até que chega o momento onde os filhos se mudam para outro local, essa é a mais nova realidade para aceitar.

No entanto, percebemos que na atualidade as famílias estão se configurando e reconfigurando de acordo com a própria época, o idoso deve se preparar para esse momento e procurar manter-se a par da situação, pois hoje não existe um “modelo” exato de família. Entretanto houve uma nova concepção de família, um novo modo de organizá-la que vem se modificando ao longo da história, para tanto devemos ressaltar a importância do idoso estar inserido nesse contexto, mas com uma visão de amplitude que a família está se modificando. A família já não é mais construída somente por laços de sangue, mas sim pelo amor e afeto.

3. ENVELHECIMENTO MUNDIAL

O processo de envelhecimento populacional é considerado uma das conquistas da humanidade, assim como se expressa como um novo desafio, visto que a longevidade está ocorrendo de forma muito rápida em nossa história. Sendo assim, o envelhecimento global terá como consequências imediatas o aumento das demandas nos aspectos sociais e econômicos em todo o mundo, pois quanto maior o grupo de pessoas que envelhecem, maior as necessidades de recursos para atender a suas necessidades, singularidades, peculiaridades específicas atuantes a sua idade. Além disso, as pessoas idosas não são vistas como pessoas com potencial que poderia ser utilizado enquanto saberes acumulados são ignorados, quando, na verdade, representam um recurso importante para a organização das nossas sociedades.

Segundo Berzins (2003,p. 23)

existe uma previsão da ONU, a continuar no ritmo acelerado que se processa o envelhecimento mundial, por volta do ano 2050, pela primeira vez na história da espécie humana, o número de pessoas idosas será maior que o de crianças abaixo dos 14 anos.

Ao analisarmos a citação acima, percebemos que o aumento da expectativa de vida decorrente da melhoria das condições de vida, vem propiciando o aumento do tempo de vida para os idosos. Neste sentido é importante destacar que o mundo está envelhecendo, e este é um ponto em que grande parte da sociedade não havia se dado conta da proporção imensa de idosos que vem aumentando cotidianamente.

Estima-se que em 2025 haverá mais de dois bilhões de pessoas com idade acima de 60 anos, sendo que 80% delas encontrar-se-ão nos países considerados em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, o envelhecimento populacional se deu de forma gradual acompanhado de crescimento econômico, que pudesse oferecer a essa população uma condição diferenciada.

Esse acelerado processo de envelhecimento nos países em desenvolvimento ocasiona mudanças acentuadas nas estruturas e nos papéis da família, bem como nos padrões de trabalho e na migração. Esse impacto nas

famílias e nas sociedades é motivo de atenção no que diz respeito às decisões políticas no século XXI.

Em países como a China, Japão e os países da Europa e da América do Norte já convivem há muito tempo com o fenômeno de envelhecimento e com todos os problemas associados a ele, como aposentadorias e danças próprias desse ciclo de vida. Isto tem como consequência altos custos para o Estado, e, portanto, requer políticas públicas, consistentes e com continuidade.

A população mais velha da Europa se encontra na Itália – cerca de 20% das pessoas têm 65 anos ou mais, ficando em segundo lugar a Alemanha. Nas próximas gerações, a Europa Ocidental sofrerá mudanças profundas, tanto no que diz respeito ao fator populacional quanto no cultural.

O envelhecimento propicia novas oportunidades, interligadas à participação ativa das pessoas idosas tanto na economia como na sociedade em geral. Um dos grandes desafios frente ao envelhecimento mundial se refere à reestruturação da economia, redefinição de políticas e à plena integração dos idosos como parceiros ativos do desenvolvimento da sociedade.

Importante destacar que o envelhecimento mundial não pode ser mais considerado como uma hipótese, já é um fato determinado.

3.1 ENVELHECIMENTO BRASILEIRO

O Brasil, à semelhança dos demais países europeus, está passando por um envelhecimento populacional rápido e intenso. Estima-se que em 2025, a população idosa atingirá uma cifra de aproximadamente 30 milhões de pessoas, o que equivale a 15% da população.

Segundo o IBGE, com base no censo do ano de 2000,

há 14,5 milhões de pessoas idosas, isto significa 8,6% da população total do país. Nos países em desenvolvimento, são consideradas idosas as pessoas com 60 anos ou mais, de acordo com o IBGE e com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo Berzins (2003, p.28)

Outro destaque é o número de idosos centenários com (100 anos ou mais). Este grupo de pessoas representa 1,3% da população idosa. Em 2000, o Brasil tinha 24576 pessoas com cem anos ou mais, sendo 10.423 homens e 14153 mulheres.

Ocorreu um aumento na expectativa de vida ao nascer, na sociedade brasileira, em consequência da queda da taxa de mortalidade infantil e fecundidade.

De acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento),

esse índice médio em 2001 correspondia há 67,8 anos. Levando em conta que na década de setenta a expectativa de vida equivalia em torno 52,67 anos, podemos afirmar que houve um aumento significativo.

Contudo, constata-se que a expectativa de vida no Brasil é inferior em relação a outros países na América Latina. Nas camadas sociais com maior concentração de renda.

Além disso, a longevidade pode também ser acompanhada por algumas dificuldades, nos aspectos físicos, social cultural e também econômico, geralmente não recebendo a atenção merecida, sendo excluídos pelo mercado de trabalho, a sociedade e mesmo da família.

Partindo do princípio de que a sociedade brasileira não oferece à grande maioria de sua população condições mínimas para uma existência humana social e digna, conseqüentemente haverá a reprodução da pobreza na velhice, sobretudo quando se consideram alguns aspectos, muitas vezes, peculiares a essa faixa etária, ou seja, a morbilidade. Sendo assim, podemos afirmar que a desigualdade social brasileira e um sistema de proteção precário trazem como consequência a perpetuação do processo da pobreza que se agrava na velhice.

A questão da velhice que até então era tratado como uma questão familiar passa a ser uma questão pública, social, em decorrência das implicações sociais, políticas e, sobretudo econômicas que tal fenômeno traz consigo, agora não mais somente para o idoso e seus familiares, mas também para a sociedade como um todo, considerando que a longevidade da população brasileira abrange questões importantes como aposentadoria, assistência médica, etc.

Outro fenômeno que pode contribuir de forma positiva no que diz respeito ao diálogo e a solidariedade entre as gerações se o crescimento do número de netos e

bisnetos que vivem sob a custódia dos avós, sendo, na maioria das vezes, cuidados e sustentados por eles. Porém esse fenômeno será positivo desde que o idoso não seja explorado e assuma a mera posição de responsável, mas seja visto como sujeito com uma contribuição social a oferecer.

3.2 A FEMINIZAÇÃO DO ENVELHECIMENTO

O processo de envelhecimento não ocorre da mesma forma para homens e mulheres, pois o organismo de cada pessoa reage diferente a este processo podendo depender também do aspecto socioeconômico, as condições de vida e saúde.

Segundo Berzins (2003, p.29)

No Brasil, 55% dos idosos são mulheres. Este fenômeno se repete em praticamente quase todos os países. São vários os fatores que contribuem para a maior longevidade da população feminina: inserção diferente no mercado de trabalho; consumo diferente de tabaco e álcool; postura deferente em relação à saúde/doença; relação diferente com os serviços de saúde.

Constata-se que um número maior de idosos no mundo são as mulheres, acreditamos devido ao fato da mulher estar mais atenta que o homem em relação à saúde, é um dos motivos que a beneficiem viverem mais que seus maridos, pois grande parte das mulheres quando não se sentem bem, vão direto ao médico. Porém, o homem já é ao contrário, deixa para ir buscar ajuda no último momento, dificilmente fazem exames periódicos para ver como está a saúde, outro fator que tem grande relevância é a questão da vida profissional que normalmente os homens trabalham em serviços pesados, onde exigem maior esforço físico, dentre outros estes são alguns dos fatores que explicam as mulheres se tornarem viúvas mais cedo e viverem mais que os homens.

Contudo, ressaltamos que de acordo com pesquisas gerontológicas, as mulheres de idade avançada (e não os homens) estão mais expostas à pobreza e à solidão. Além disso, elas são em número maior nas instituições de longa permanência (ILPIs), bem como possuem um maior risco de morbidade, consultam mais médicos e geralmente estão sozinhas nos últimos anos de vida. Assim sendo,

a mulher idosa constitui um grupo social que merece intervenções sociais que levem em conta as suas condições específicas.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PÚBLICO ACIMA DOS 65 ANOS

As políticas públicas são instrumentos de ação do governo. Muitas das vezes são resultados de lutas e conquistas. Por meio dessas políticas, desenvolvem-se programas e projetos e delas resultam mecanismos para enfrentar as expressões da questão social, que assombra grande parte da população brasileira, principalmente os que se encontram desprovidos de condições mínimas de sobrevivência. Via de regra os profissionais da rede de proteção se utilizam destes instrumentos a fim de enfrentar as expressões da questão social e dar respostas cada vez mais qualificadas para as demandas sociais.

Nos últimos anos houve um avanço significativo em termos de investimentos alocados ao setor das políticas públicas objetivando amenizar a desigualdade social, entretanto esses investimentos têm ficado muito abaixo das necessidades, em que pese os significativos avanços ocorridos a partir da implementação dos programas de combate a pobreza implementados pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, ainda existe muito a ser feito.

Particularmente a população idosa historicamente sofreu os reveses de décadas de descaso por parte dos governos e ao longo do processo de exclusão tem procurado se organizar e reivindicar seus direitos chamando a atenção da sociedade civil e da política do país. Esse movimento possibilitou a formação de novos grupos indetentários têm se formado, entre eles o Movimento dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (MAP), demonstrando uma crescente parcela dos idosos não está disposta a abrir mão de seus direitos. E estes atores sociais que se levantam contra as injustiças, os maus tratos, os baixos benefícios pagos pela Previdência Social, a falta de opções de lazer e educação.

Segundo Vieira (1995, p.220)

Sendo assim, após alguns anos no governo do presidente do Brasil Costa e Silva alguns serviços da previdência acabaram se ampliando e dando cobertura a classe rural.

Historicamente o tratamento dado a velhice no Brasil é um caso lastimável. Tratados em muitos casos como um cidadão de segunda categoria, constatando

tristemente que juntamente com a perda da sua capacidade produtiva, do ponto de vista do capital, também se esvai todo o respeito e a garantia de seus direitos de uma velhice tranquila e segura. Baseados nas leituras da obra “O DIREITO A VELHICE: os aposentados e a Previdência Social”, (Haddad, Eneida G. de Macedo) este livro nos apresenta a história do movimento dos aposentados em conjunto com os pensionistas, formando um único movimento em prol de seus benefícios e direitos, lutando e reivindicando aos seus governantes, melhores condições e qualidade de vida. A autora destacou a relevância de se desenvolver uma luta coletiva em busca de um mesmo objetivo, com vistas a alcançar melhores condições de vida e a garantia de seus direitos.

Segundo, Haddad, (2001,p.13)

O Movimento dos Aposentados e Pensionistas é compreendido no âmbito dos conflitos gerados pela luta de classes. A miséria no fim da vida e, por tanto na morte e a impossibilidade de as políticas públicas darem conta da questão de velhice em sua complexidade.

O movimento também revela a insatisfação dos integrantes do mesmo, pois, ao alcançarem a terceira idade, muitas vezes considerado como um privilégio, no entanto não conseguem alcançar uma condição digna de ser estendidos em suas necessidades básicas, como por exemplo: ter um processo de envelhecimento com qualidade de vida, onde possam desfrutar de renda e condições sociais necessárias para sua subsistência, onde nem as políticas públicas estão atendendo as suas principais demandas.

Nesse momento de lutas do MAP, incorpora-se o conceito seguridade social articulado a políticas de previdência, saúde e assistência, a exemplos da ampliação da cobertura da previdência aos trabalhadores rurais, agora com o valor de um salário mínimo do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência. A mobilização dos idosos, em todas as frentes, nos partidos políticos, nas associações de aposentados e pensionistas, nas confederações, nos centros de convivência, enfim, em todos os espaços de sociabilidade, é fundamental como resistência às ações políticas que teimam em retirar direitos tão duramente conquistados pelos movimentos sociais de aposentados nas décadas de 1980 e 1990. Só com a participação efetiva desse contingente, mostrando sua força política, se organizando, criando parcerias e alianças com representantes dos poderes

legislativo, executivo e judiciário, é possível reverter esse quadro de sequestro de direitos dos aposentados, pensionistas e dos trabalhadores em geral. Vida, onde possam desfrutar de renda e condições sociais necessárias para suas subsistências, onde nem as políticas públicas estão atendendo as suas principais demandas.

4.1 AS CONQUISTAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS

A primeira conquista relacionada aos direitos da pessoa idosa ocorreu em 10 de dezembro de 1948, quando a assembleia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. No artigo 25, ela prescreve os chamados direitos dos idosos.

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora do seu controle (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

No ano de 1973, a Assembleia Geral das Nações Unidas conclamou os países para darem atenção especial às necessidades de proteger os direitos e o bem-estar das pessoas idosas. No entanto, as discussões multilaterais sobre o envelhecimento só começaram a ser discutidas em 1982, com a realização da 1ª Conferência Internacional sobre o Envelhecimento. Este Plano é um primeiro instrumento internacional sobre o Envelhecimento, assim como é também a base das políticas públicas para pessoa idosa. Convém destacar duas medidas: no campo da saúde, a valorização do envelhecimento saudável e, no campo social, a luta pelo envelhecimento com direitos e dignidade.

Em 1990, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu o quanto é complexo e rápido o fenômeno do envelhecimento da população mundial e a necessidade de se estabelecer um plano e políticas efetivas para a população e promoção dos direitos das pessoas idosas. Em 1991, as nações Unidas aprovaram uma Carta de Princípios para Pessoas Idosas, os quais se encontraram separados

em cinco eixos de ação independência, participação, cuidados especiais, auto realização e dignidade.

Ressaltamos também que em 2002, realizou-se, em Madri a Conferência Internacional Sobre Envelhecimento. Através desse Plano os países em desenvolvimento receberam atenção especial quanto à sua situação e foi definido como temas centrais a realização de todos os direitos humanos e liberais fundamentais das pessoas idosas, seus direitos civis e políticos e a eliminação de todas as formas de violência e discriminação contra a pessoa de Idade.

A proteção á pessoa idosa, no Brasil consta na Constituição Federal de 1988, a qual deve garantir e assegurar os direitos e deveres fundamentais a todos os seres humanos, dentre outros, a cidadania a dignidade da pessoa humana, em seu artigo 1º, inciso III, como valor absoluto, que serve de base para a consolidação de um Estado Democrático de Direito. O artigo 203 da Constituição Federal estabelece que seja competência do Estado a proteção para com a população idosa, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito à vida.

A Constituição Federal também introduziu em suas disposições o conceito de Seguridade Social.

Os direitos da pessoa idosa garantidos na Constituição Federal foram regulamentados através da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Como ponto alto, esta lei garante em seu artigo 20, a assistência social à pessoa idosa através do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que consiste na garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais, que não tenha condições de se manter e nem de serem mantidos pela família.

Para se adequar à realização dos princípios constitucionais, a legislação brasileira implementou a Política Nacional do Idoso, publicada em 1994, através da Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994. esta política define os princípios e diretrizes que asseguram os direitos sociais dos idosos, garantindo a sua autonomia, integração social e participação efetiva na promoção de política de enfrentamento nas expressões de questões social. Desde então, a Política nacional da Pessoa idosa passou a ser referência da adoção de políticas públicas para a população idosa.

O Estatuto do Idoso, Lei nº. 10.741/03 é a celebridade máxima no que diz respeito à legislação de proteção a pessoa idosa. Tem como fundamento, ser

utilizado como carta de direitos, onde é composto por 118 artigos que determinam autenticidades legais aos mesmos. Toma-se uma ferramenta, onde todos devem ter conhecimento sobre seus direitos.

O Estatuto, além de validar os direitos traçados pela Política Nacional do Idoso, acrescenta novas regras e cria mecanismo para reprimir a discriminação contra os sujeitos idosos. Pressupõem penas para crimes de maus-tratos de idosos e concessão de vários benefícios. Estabelecendo os direitos já assegurados na Constituição Federal, tentando principalmente proteger a pessoa idosa em situação de risco social.

O estatuto tem por objetivo promover e facilitar a inclusão social e garantir os direitos da pessoa idosa, uma vez que devido a fatores sociais diversos essa parcela da população geralmente carece de proteção.

Os principais direitos da pessoa idosa encontram-se no Art. 3º, do Estatuto do Idoso, o qual preceitua

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetividade do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

No entanto ainda há um abismo muito grande entre o que está assegurado no Estatuto e as necessidades enfrentadas pelos idosos, especialmente a população idosa de baixa renda, tais como: dificuldade de acesso a serviços básicos de saúde, com imensas filas do Sistema Único de Saúde (SUS), falta de atendimento domiciliar, inexistência de programas permanentes de prevenção de doenças crônico-degenerativas, entre outros.

No que se refere ao Lazer, à Cultura e ao Esporte é menos dramática do que em outras áreas. Porém a maioria não tem acesso ao mercado de turismo, espetáculos e outras atividades, em virtude do baixo poder aquisitivo.

Na área da educação, porém o quadro é mais grave: falta o conhecimento das condições sociais do envelhecimento; faltam programas educacionais específicos para os idosos e não há proposta objetivas em relação à inserção do idoso os diversos níveis do ensino formal.

Com relação o direito à profissionalização e ao trabalho, mesmo sendo vedada a discriminação em virtude da idade, inclusive em concurso público, ainda

persiste a exclusão de idosos no mercado de trabalho. É necessária a criação de programas de atualização, formação e qualificação profissional que considerem o potencial e as aptidões acumuladas da pessoa idosa, para a geração de renda, assim como o desenvolvimento de alternativas de atividade profissional, como cooperativas e outras formas de trabalho solidário, incluindo o suporte para escoamento da produção daí resultante.

Com relação à Previdência Social o Estado deve criar mecanismos para facilitar o processo de concessão das aposentadorias, seja através da capacitação de pessoal para o bom atendimento aos idosos, seja facilitando o cumprimento das exigências para o encaminhamento e a aprovação dos processos.

No que diz respeito ao direito à Assistência Social existe uma distância muito grande entre o Estatuto e a realidade, em face às dificuldades de acesso dos idosos aos recursos e à informação, e ainda à precariedade dos programas e serviços de assistência social.

Quanto ao direito a Habitação, em grandes cidades, onde já começa a haver políticas públicas para os idosos, já há algumas modalidades de atendimento que, entretanto, não são definitivas, não contemplam a aquisição prevista na lei, nem têm uma escala de atendimento condizente com a demanda. As famílias, muitas vezes, desconhecem suas obrigações legais, o que contribui para que as condições habitacionais dos idosos se tornem ainda piores.

Quanto ao direito ao Transporte, a maior parte das empresas de transportes coletivos (terrestres, aquáticos e aéreos) ainda não cumprem o seu dever de implementar os melhoramentos ergonômicos e de segurança em suas frotas e locais de embarque e desembarque para se adequar as necessidades dos idosos.

Com relação a fiscalização das instituições de longa permanência para idosos (ILPIS) falta pessoal capacitado para esse trabalho na área de saúde; o ministério publico conta com poucas vagas especializadas para fiscalização, e os conselhos de idosos, especialmente em nível municipal não estão capacitados e instrumentalizados para exercer o seu papel fiscalizador.

No que diz respeito aos crimes contra pessoa idosa, estatuto propõe medidas de proteção e controle social e representa um avanço importante na luta pela afirmação da dignidade da pessoa idosa. No entanto, é necessário criar delegacias e varas especiais de juizado de idosos em todo o país. Formar equipes

policiais especializados, devidamente treinadas no atendimento às necessidades específicas dos idosos.

O estatuto do idoso não irá eliminar de uma vez, nem definitivamente, as discriminações e violências praticadas contra a pessoa idosa. Ele é mais um instrumento de defesa e garantia de direitos dessas pessoas, porém, nas classes mais vulneráveis economicamente, a aplicação desses direitos mostra – se mais restritiva. Isso dá, entre outros fatores, pela falta de informação, que impede o exercício efetivo da cidadania, já que, para o exercício desta, o sujeito deve ter a capacidade de analisar e compreender a realidade, criticá-la e atuar sobre ela; pela falta de políticas públicas, uma vez que o Estado tem se mostrado incapaz de amparar as necessidades da população idosa.

4.2 TRABALHOS COM IDOSOS EM GRUPOS INTERGERACIONAIS

Compreender as relações sociais dos indivíduos em um grupo de trabalho requer conhecimento mais aprofundado das questões que envolvem os seres humanos e via de regra é necessário recorrer a algumas reflexões da psicologia.

A psicologia nos informa de que para compreender bem as possibilidades dos trabalhos em grupos é preciso saber mais sobre a natureza dos grupos humanos e abordar pontos conceituais que estudam a interação humana.

O trabalho em grupo é uma riqueza extremamente importante, onde atinge grande parte de seus participantes, tornando-os componentes de uma prática que tem sempre como objetivo a cooperação de ambos para que o trabalho alcance seu resultado pleno. Principalmente quando se trata de um grupo Intergeracional, com participantes de idades bem diferentes, proporcionando-lhes um melhor debate e compreensão entre os conflitos e a aceitação do diferente. Através do grupo, podemos debater uma situação apresentada e a mesma, poderá ter várias formas de resolvê-la, a partir da contribuição de cada um, beneficiando o respeito mútuo entre todos.

Conforme, Guimarães (2002, p.168) “todos os integrantes de um grupo trazem consigo seu mundo interno, conforme suas histórias vividas”. São histórias constituídas pelas suas relações pessoais, familiares, profissionais e comunitárias.

Com o trabalho em grupo, torna a possibilidade de cada sujeito se conhecer mais e se identificar com a história de vida do outro e a afinidade com específica situação apresentada. Percebemos que os sujeitos passam a compartilhar e demonstrar sentimentos que estavam guardados, favorecendo o relacionamento interpessoal com os demais integrantes do grupo, partilhando os conhecimentos e experiências adquiridas ao longo do tempo.

Dessa forma, teríamos como resultado as ações em si, as quais seriam sempre avaliadas, tornando-se gratificantes para o próprio grupo. O processo de interação se fundamenta no convívio com pessoas de diferentes gerações, Isto é, a interação de pessoas de idades diferentes.

De acordo com França e Soares, apud Veras (1997, p.151)

As trocas geracionais não devem-se limitar a família e aos programas e políticas governamentais, mais serem expandidas as instituições privadas e as outras representações da sociedade.

A intergeracionalidade além ser um fator promotor de igualdade, entre gerações, é também potencializadora da mudança de paradigmas e reforço da cidadania, em como promove a conscientização crescente e compreensão entre gerações mais novas e mais velhas e o aumento da auto estima para ambas.

É muito importante desenvolver essas propostas inovadoras, que tem a intenção de realizar um trabalho que valorize e estimule a reflexão crítica sobre questões do mundo contemporâneo, considerando a experiência acumulada pelos grupos etários mais velhos, uma vez que na sociedade atual, a perspectiva Inter geracional, associada a uma mais ampla compreensão do ciclo da vida, facilita o diálogo interativo, a abertura para o outro, a aceitação mútua, visando um melhor relacionamento.

De acordo com Guimarães (2002, p.177),

o trabalho com grupos possibilita e contribui para a ampliação do conhecimento da realidade atual, em termos da constituição da família, levando os profissionais e instituições a atuar de acordo com essa realidade.

Cabe ressaltar que o retorno do trabalho intergeracional para os componentes dos grupos também pode ser bastante positivo. As crianças e os jovens podem rever a imagem distorcida que tem dos idosos, modificarem e melhorarem relacionamento com avôs e avós, agir de forma mais realista,

desenvolver a solidariedade e a cooperatividade, lidar melhor com regras e limites e compreender que esta é a fundamentação para mudanças futuras desse modo os idosos se sentirão valorizados acolhidos e terão melhoras e relação a autoestima, bem como terão percepção de sua potencialidade e serão capazes de manter uma relação de mais confiança com os mais jovens. Tanto as crianças jovens e idosos, perceberão as possibilidades de se manter vínculo com uma pessoa de outra geração que não seja seu parente ou muito próximo.

Segundo, (Novaes, 2005,p.13)

Interpretar a intergeracionalidade como um veículo cultural, identificando a rede de recursos, criando novos projetos e validando estratégias utilizadas na comunidade social, é fundamental, pois está baseada no imaginário coletivo e na representação social de cada geração.

Segundo (Novaes, 2005, p. 12) “... convém ressaltar que a intergeracionalidade só funciona e é possível se cada geração reconhece no “outro” um momento evolutivo...Na realidade, a pessoa torna-se multigeracional quando transita por várias gerações que têm diferentes estilos de vida”.

A vivência intergeracional serve para comprovar a riqueza que existe entre os seres humanos na convivência pacífica e harmoniosa das relações, onde somente a partilha de objetivos comuns entre as gerações, pode modificar o mundo.

O ponto principal dessa intergeracionalidade está na igualdade de direitos e o respeito às diferenças. O aprendizado ocorre quando ambas as partes buscam mudanças de acordo com experiências relatadas pelo outro através de conhecimentos transmitidos e divididos com os demais.

Percebemos o quanto é importante se trabalhar como sujeitos de diversas gerações, a fim de fazer um trabalho que os estímulos para o aprendizado e acima de tudo que cada um tenha possibilidade de rever suas ações e valores e ocorram trocas recíprocas.

Ressaltamos que a Política Nacional do Idoso, bem como o Estatuto do Idoso recomenda o desenvolvimento de ações Inter geracionais como forma de participação ativa da pessoa idosa com as demais gerações, procurando minimizar a exclusão do idoso, dando ênfase à manutenção do se papel social e a sua inserção social ao destacar formas alternativas de integração do idoso com outras gerações.

Considerando as recomendações da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, o profissional tem como desafio propor formas alternativas de

convivência entre as gerações, sendo assim, o trabalho do profissional junto ao grupo Inter geracional e no sentido de possibilitar a construção de uma sociedade pautada na solidariedade entre as gerações, para que haja uma maior valorização e integração em nossa sociedade.

Quando a relação entre o grupo Inter geracional se torna verdadeira, a troca de experiência se torna realidade e possibilita a essa um aprendizado que não se esgota, assim como essa vivência contribuirá significativamente na visão em relação à velhice e ao envelhecimento, favorecendo o exercício da cidadania e consequentemente a melhoria da qualidade de vida, haja vista que a transmissão de ensinamento a partir do vivido fica mais claro quando se fala de uma contribuição das gerações mais velhas para as mais novas.

4.3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO GRUPO INTERGERACIONAL

REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A representação social compreende-se por visões de mundo, torna-se a lente pela qual o sujeito explica seu olhar para as demais particularidades externas. Por representação social também entendemos que sempre sobre algo vivido, pois são modos de agir e pensar que se expressam através de nossas atitudes e opiniões. As representações sociais são a síntese da vivência, a prática considerada o critério da verdade, pois através do aprendizado constantes adquiridos conceitos e a partir deles construímos nossa representação, mas ela se constrói ao longo do tempo, por meio do contato com o mundo as relações vão tomando forma.

Segundo Moscovici, apud Paulilo(1999, p. 64)

representações sociais é uma modalidade de conhecimento particular que tem por fundação a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”e também “representar uma coisa... não é simplesmente duplicá-la , repeti-la ou reproduzi-la, mas reconstruí-la.

Neste sentido, não obtemos a representação no imediato, no agora, somente ao longo do tempo, pois para expressar a representação, necessitamos criar uma síntese e a partir dessa reconstruí-la, para enfim obtermos nossa representação, pois se torna fundamental para o sujeito a partir da sua própria representação para debater sobre determinado assunto.

No entanto, podemos citar o envelhecimento, que por sinal cada sujeito tem a sua representação sobre o assunto, porém é de extrema relevância considerar todos os aspectos, para obtermos uma opinião a respeito, sendo assim quando eu transponho meu conhecimento e dou possibilidade para os demais sujeitos aproximarem-se e compartilharem de determinação tema em questão, estamos propiciando a oportunidade para o alcance específico da formação de opinião.

Dar sentido às representações sociais dos usuários é uma estratégia para desvendar o universo uno para que o múltiplo se descortine e possamos entender o real em suas múltiplas expressões e determinações.

Percebemos o quanto é importante a experiência que se adquire com o tempo vivido, podendo então utilizar de suas experiências para orientar as pessoas mais próximas e se sentirem detentores daqueles conhecimentos. É de fundamental importância que o idoso se sinta empoderado nesta fase de sua existência, pois pode mostrar que ele ainda pode ter o domínio, a capacidade de decisão e acima de tudo de que pode ser respeitado.

Contudo, sabemos que envelhecer é também um processo de contradições, visto que pode apresentar muitas perdas. Dessa forma, observamos a importância de cuidar da saúde ao longo da vida e particularmente na idade adulta, mantendo uma alimentação saudável, atividades físicas, dentre outros. E esses cuidados devem ser feitos para que possamos ter menos problemas de saúde ao chegar a terceira idade, mas temos que começar o quanto antes a praticar esses hábitos para sermos beneficiados futuramente e para tanto as condições materiais de vida é fundamental, pois não basta o desejo de mudar é necessário ter as condições para mudanças e isso inclui: uma rede de serviços e informação e orientação, disponibilização de programas de inclusão em atividades físicas e de academia da terceira idade, cestas básicas mais acessíveis principalmente em relação aos produtos destinados a uma alimentação mais saudável. Se conseguirmos ampliar os direitos de todos os níveis mas principalmente os direitos sociais, quem sabe poderemos reduzir essa compreensão da velhice como algo negativo e começarmos construir a noção que trata-se de uma fase normal da vida, com seus limites é certo, mas menor sofrimento físicos, emocionais, sociais e econômicos.

4.4 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO.

À medida que as relações nas sociedades capitalistas se tornam mais complexas, faz-se necessário atentarmos para as relações humanas que tendem a desumanização tendo em vista o processo de reificação que coisificam as pessoas. Orientar os jovens e as crianças para compreender os ciclos de vida sobre o aspecto das relações humanas pode vir a ser um caminho para a construção de relações mais justas e solidárias entre fases de vida tão distintas.

A definição da terceira idade é definida em pesquisas e documentos, mas muitos sujeitos não se sentem como estando nesse estágio, alguns estão cheios de vontade de prosseguir.

A percepção de crianças e idosos estão continuamente se atualizando, sempre em busca de novos aprendizados. No entanto, é importante que os idosos tenham a capacidade de relembrar o passado com detalhes, pois isso faz com que os mesmos cumpram um importante papel social.

De acordo com (Boden&Bielby, 1983; Preti, 1991 apud Lenisa Brandão, Vivian Smith, Tânia Mara Sperb& Maria Alice de Matos Pimenta ParentePag.99)

," as narrativas pessoais ocorrem com grande frequência na fala de indivíduos mais velhos, dada sua tendência natural em tornarem-se "contadores de histórias". A lembrança do passado é frequente nas conversas entre idosos. O idoso utiliza suas lembranças do passado para a análise do presente, parecendo apresentar o objetivo de preservar sua imagem social através da linguagem

Em algumas comunidades humanas os idosos são reverenciados como fonte de conhecimento e sabedoria. O idoso é o depositário da experiência humana. Os mais velhos são os arquivos vivos da história e suas lembranças do passado costumam ser mais precisas do que as de adultos que tenham vivenciado os mesmos episódios. A vivência Inter geracional serve para comprovar a riqueza que existe entre os seres humanos na convivência pacífica e harmoniosa das relações,

onde a partilha de objetivos comuns entre as gerações, pode promover algumas transformações no cotidiano dos envolvidos. O ponto principal dessa intergeracionalidade está na igualdade de direitos e o respeito às diferenças. O aprendizado ocorre quando ambas as partes buscam mudanças de acordo com experiências relatadas pelo outro através de conhecimentos transmitidos e divididos com os demais. A convivência dos jovens com pessoas da terceira idade também pode contribuir no processo de inclusão. A criança de hoje, tende a ser o idoso de amanhã.

4.5 ENVELHECIMENTO E FAMÍLIA

À importância da família para o idoso se justifica por funcionar como apoio na velhice, ela torna-se fonte de cuidado e de proteção.

De acordo com Szymanski (2002, p.9)

compreende-se como família uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças, adolescentes e adultos.

Devemos considerar fundamental o papel da família no processo de envelhecimento, mas devemos partir de um contexto que com os tempos atuais as famílias vêm se reproduzindo, devido ao fato de algumas evitarem filhos, outras os parentes moram em outra cidade e perde o contato, as condições socioeconômicas são precárias, dentre outras. Destacando o papel da família em relação ao cuidado ao idoso, muitas vezes não é satisfatório como ele necessita, pois devido às circunstâncias os demais integrantes saem para trabalhar em busca do sustento e o mesmo acaba ficando solitário, há casos também que por mais que a família esteja em casa, é como se não estivesse, pois o idoso se sente sozinho do mesmo jeito. Neste sentido, em grande parte dos casos ele é encaminhado a uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), sendo o local mais apropriado, desde que sejam esgotadas todas as possibilidades de o idoso permanecer com a família. As aposentadorias desempenham um papel importante na composição da renda familiar. Estudos revelam que o grau de dependência da pessoas idosas é, em

grande parte, determinado por sua condição de renda. Em alguns casos a renda do idoso é parte integrante da renda familiar quando não é exclusivo. Apesar de a aposentadoria ser um direito reconhecido e muitas vezes desejado, o indivíduo aposentado é visto como uma pessoa improdutiva, como aquele indivíduo incapaz e sem serventia para o trabalho produtivo do ponto de vista do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao darmos início a construção das considerações finais, regatamos as questões que nortearam esse trabalho de conclusão de curso e que suscitaram as perguntas ao longo desse trabalho. Inicialmente questionávamos qual a representação social que os idosos e crianças possuíam do processo de envelhecimento e pelo que constatamos é que ambos reconhecem as transformações relacionadas à evolução natural do envelhecimento humano. Neste sentido, identificamos que um convívio benéfico possibilita representações sociais positivas que podem compor o universo da vida dos integrantes do grupo intergeracional entre os diferentes ciclos de vida.

Na sequência refletimos sobre políticas públicas onde percebemos resultados de lutas e conquistas como a ampliação de direitos na previdência, percebendo a relevância em se desenvolver uma luta coletiva de mobilização dos idosos nos espaços de sociabilidade como resistência para a garantia de direitos como a ampliação destes na previdência. Evidenciamos que a primeira conquista internacional foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como a realização da primeira Conferência Internacional sobre o envelhecimento onde destacaram medidas na área social e saúde bem como a carta de princípios para pessoas idosas. O artigo 203 da Constituição Federal estabelece a competência do estado na proteção para a população idosa e em seguida regulamentado através da lei orgânica de Assistência Social (LOAS) que garante o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Política Nacional do Idoso e a celebridade máxima no que diz respeito à legislação de Proteção à pessoa idosa, o estatuto do idoso, no entanto ainda há um abismo gigantesco entre o que está assegurado e as necessidades enfrentadas, especialmente a população de baixa renda, essa lei não irá eliminar de uma vez, nem definitivamente, as discriminações e violências praticadas contra a pessoa idosa. Ele é mais um instrumento de defesa e garantia de direitos dessas pessoas, porém, nas classes mais vulneráveis economicamente, a aplicação desses direitos mostra-se mais restritiva.

. Questionávamos sobre os desafios do fenômeno do envelhecimento e as análises nos possibilitaram entender que o aspecto cronológico está ligado ao tempo (idade do sujeito), e o aspecto biológico conforme cada etapa de sua vida, sendo da

infância à velhice e o aspecto físico depende de como cuidamos da saúde desde a fase inicial da vida. Dessa forma consideramos a necessidade de maiores investimentos públicos na construção de condições de hábitos saudáveis. Quanto ao aspecto psicológico e social através da autoestima e representação social, pois quando a criança cresce valorizando o processo de envelhecimento torna-se um potencializador desse processo. Se a velhice deixar de ser encarada como algo negativo e passar a ser vista como fase normal da vida os idosos passarão a ser valorizados deixando de lado os preconceitos existentes numa sociedade marcada pelo consumo.

E, por fim, é fundamental que o governo e toda a sociedade brasileira reconheçam que a pessoa idosa constitui o mais valioso patrimônio de qualquer país que aspire ser uma nação verdadeiramente desenvolvida.

REFERÊNCIAS

- BOUVEAIR, Simone de. **A velhice: o mais importante ensaio contemporâneo sobre as condições de vida dos idosos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- FRANÇA E SOARES, Apud Veras. **Terceira Idade: Desafios para o Terceiro Milênio**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UnATI/UERJ, 1997.
- HADDAD, Eneida G. de Macedo. **O Direito à Velhice: os aposentados e a previdência social**. São Paulo: Cortez, 2001.
- NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Qualidade de vida e idade Madura**. Campinas: {s.n.}, 1993. (Coleção Viva Idade).
- NOVAES, Maria Helena. **As gerações e suas lições de vida: Aprender em tempos de viver**. PUC-RIO. São Paulo: Loyola, 2005.
- OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo. **(IM) Previdência Social 60 anos de história da previdência no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **Terceira Idade; Do Repensar dos Limites aos sonhos possíveis**. São Paulo: Paulinas, 1999.
- PAULILO, Maria Angela Silveira. **AIDS: os sentidos do risco**. São Paulo: Veras, 1999.
- REVISTA Serviço Social e Sociedade: Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996. nº.52.
- REVISTA Serviço Social e Sociedade:Famílias**. São Paulo:Cortez, 2003.nº. 71.
- REVISTA Serviço Social e Sociedade: Velhice e Envelhecimento**. São Paulo: Cortez, 2003. nº. 75.
- REVISTA Serviço Social e Sociedade: Trabalho e Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 2008. nº. 93.
- ROWE e KEHN, Apud Veras. **Terceira Idade: Desafios para o Terceiro Milênio**.Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UnATI/UERJ, 1997.
- SALGADO, Marcelo Antônio. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo: SESC, 1982.
- Vieira, Evaldo. **Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio a Geisel**. São Paulo: Cortez, 1995.